

NOSSA OPINIÃO

/// Ausência dos deputados em período eleitoral já é tão comum que há o risco de nem mais arranhar a imagem do Legislativo

ASSEMBLEIA VAZIA

As palavras foram do próprio presidente da Assembleia Legislativa: “Só acredito em votação aqui depois das eleições, com sinceridade. Não vou vender mercadoria pobre para vocês”, admitiu o deputado Theodorico Ferraço.

Com a campanha a todo vapor, pautas consideradas polêmicas, como o projeto que muda a distribuição do ICMS entre os municípios, que beneficiaria cidades não produtoras de petróleo e gás, estão na geladeira. Deputados candidatos à reeleição querem distância desses temas mais espinhosos, com alto potencial de rejeição nas urnas. Chega a ser irônico: eles não votam para garantir mais votos. Mas os parlamentares acabam se afastando, de fato, da função legislativa a que foram designados pelos mesmos eleitores que tentam seduzir, agora, fazendo campanha quando deveriam também estar exercendo o cargo.

No âmbito nacional não é diferente. A aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, por exemplo, só deve ficar para depois de 5 de outubro. “Agora a perspectiva é só após as eleições. As duas Casas não têm perspectiva de fazer nenhum esforço concentrado”, afirmou o deputado Devanir Ribeiro (PT-SP), presidente da Comissão Mista de Orçamentos. O motivo também é a falta de quórum para as deliberações.

A questão é que essa ausência dos deputados em período eleitoral já é algo tão corriqueiro no país, que há o risco de esse comportamento já estar institucionalizado e nem mais arranhar a imagem do Legislativo – o bom e velho “política é isso aí mesmo”, que evita que o eleitor seja tomado pela indignação.

Ferraço evitou fazer julgamento sobre o esvaziamento da Assembleia: “Não sei se é ruim. O povo é quem vai julgar”. Bem, o julgamento nas urnas sempre cabe ao povo. Mas os parlamentares deveriam saber também que têm deveres a cumprir. O parlamento não pode ser paralisado durante o período eleitoral. Afinal, os parlamentares são remunerados para trabalhar, e não para fazer campanha com o dinheiro público.